

Odebrecht Transport S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente
sobre as demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2016

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar
Edifício Berrini One | Vila Olímpia
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Odebrecht Transport S.A.
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht Transport S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Odebrecht Transport S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativa e, em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante consolidado da Companhia excedia o total do ativo circulante consolidado em R\$ 733.935 mil, e nesta data, a Companhia apresenta alto índice de alavancagem ,72,00%. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, empresas do Grupo Odebrecht são alvo de investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, e a Companhia e algumas controladas são citadas nessas investigações e medidas, e que podem, eventualmente, impactar as operações da Companhia e de suas controladas, principalmente quanto à obtenção de recursos financeiros adicionais junto à terceiros para consecução dos investimentos no âmbito dos seus planos de negócios. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia, visando buscar a retomada da lucratividade e geração de fluxo de caixa por meio da reestruturação da dívida corporativa, de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial dos Ativos da Companhia, entre outras ações operacionais e financeiras. A eventual não confirmação das ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº1, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia e suas controladas fazem parte. Ainda conforme referida Nota Explicativa nº 1, no contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências de empresas do Grupo Odebrecht, assim como o ex-presidente da Companhia é um dos colaboradores no processo de delações premiadas de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht na Operação Lava-Jato. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Perda de controle em controlada

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 (iii) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, que informa que, em 27 de abril de 2016, a Odebrecht Transport Aeroportos S.A. (OTPA), controlada direta da Companhia, e a Excelente B.V. assinaram o primeiro aditamento ao acordo de acionistas no qual decidiram compartilhar o controle da investida Rio de Janeiro Aeroportos S.A. (RJA) sem alteração do percentual de participação. A partir desta data as demonstrações financeiras da OTPA estão sendo apresentadas sem a consolidação da investida direta RJA e da investida indireta Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (CARJ). Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, a comparabilidade das demonstrações consolidadas do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, com as do exercício anterior, deve levar este fato com consideração.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, cujo relatório emitido em 20 de abril de 2016, continha ressalva relacionada às investigações e medidas judiciais em andamento decorrentes da chamada Operação Lava Jato. Em 31 de dezembro de 2016, este assunto está sendo tratado como ênfase em nosso relatório, devido ao resultado dos nossos trabalhos de auditoria, ao afastamento dos executivos da Companhia e das controladas envolvidos nas investigações, aos novos desdobramentos da Operação Lava Jato, como o acordo de leniência da Odebrecht S.A. (Holding do Grupo Odebrecht), bem como o início de implementação de nova governança e sistema de *compliance* realizados pela Companhia e suas controladas, inexistindo, até a presente data, a possibilidade de determinar quaisquer impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, excetuando-se o descrito no parágrafo de “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

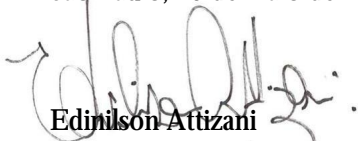
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2017.



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	101.131	226.002	651.099	1.030.148	Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)	210.030	78.321	1.605.620	2.275.375
Aplicações financeiras (Nota 7)	-	156.307	284.586	628.998	Fornecedores	1.259	325	162.501	463.914
Contas a receber (Nota 8)	-	-	139.375	323.421	Obrigações sociais e trabalhistas	12.073	17.288	70.020	107.456
Partes relacionadas (Nota 9)	44.885	143.007	100	654	Credor pela aquisição da concessão (Nota 15)	-	-	4.415	973.850
Tributos a recuperar	31.802	-	62.241	-	Impostos, taxas e contribuições sociais	2.752	8.534	33.239	46.259
Outros ativos	5.962	46.741	50.997	148.206	Outros passivos	2.280	810	46.538	135.271
	<u>183.780</u>	<u>572.057</u>	<u>1.188.398</u>	<u>2.131.427</u>		<u>228.394</u>	<u>105.278</u>	<u>1.922.333</u>	<u>4.002.125</u>
Ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10)	<u>95.000</u>	<u>415.135</u>	<u>2.411.598</u>	<u>2.649.870</u>	Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10)	<u>58.466</u>	<u>211.143</u>	<u>2.349.624</u>	<u>2.502.301</u>
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)	926.371	962.470	4.509.180	4.398.570
Aplicações financeiras (Nota 7)	13.507	10.868	21.455	18.717	Fornecedores	-	-	1.125	24.975
Contas a receber (Nota 8)	-	-	43.334	41.073	Partes relacionadas (Nota 9)	-	-	8.496	1.684
Partes relacionadas (Nota 9)	407.038	376.972	69.499	30.272	Credor pela aquisição da concessão (Nota 15)	-	-	22.017	10.672.102
Depósitos judiciais (Nota 17)	-	-	17.489	17.627	Provisões para contingências (Nota 17)	-	-	37.674	48.217
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (a)(i))	12.485	12.485	59.011	127.569	Outros passivos	-	-	41.705	82.758
Outros ativos	47.152	36.037	12.682	18.159		<u>926.371</u>	<u>962.470</u>	<u>4.620.197</u>	<u>15.228.306</u>
	<u>480.182</u>	<u>436.362</u>	<u>223.470</u>	<u>253.417</u>	Patrimônio líquido (Nota 18)				
Investimentos (Nota 11)	1.866.248	2.349.152	219.628	413.324	Capital social	1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Imobilizado (Nota 12)	7.074	7.771	102.775	56.852	Reservas de capital	621.483	621.483	621.483	621.483
Intangível (Nota 13)	832	4.871	6.718.923	20.135.760	Reservas de lucros	-	294.490	-	294.490
	<u>2.354.336</u>	<u>2.798.156</u>	<u>7.264.796</u>	<u>20.859.353</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	(42.890)	(20.229)	(42.890)	(20.229)
					Prejuízos acumulados	(769.421)	-	(769.421)	-
						<u>1.419.885</u>	<u>2.506.457</u>	<u>1.419.885</u>	<u>2.506.457</u>
					Participação dos não controladores	-	-	639.260	1.487.968
					Participação dos não controladores em investimentos mantidos para negociação	-	-	(86.507)	(86.507)
						<u>1.419.885</u>	<u>2.506.457</u>	<u>1.972.638</u>	<u>3.907.918</u>
Total do ativo	<u>2.633.116</u>	<u>3.785.348</u>	<u>10.864.792</u>	<u>25.640.650</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.633.116</u>	<u>3.785.348</u>	<u>10.864.792</u>	<u>25.640.650</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações continuadas				
Receita líquida (Nota 20)	4.271	2.957	2.766.295	4.694.111
Custos de construção (Nota 21)	-	-	(961.264)	(2.692.877)
Custos dos serviços prestados (Nota 22)	-	-	(842.573)	(914.189)
Lucro bruto	4.271	2.957	962.458	1.087.045
Despesas operacionais				
Resultado de participação societária (Nota 11 (ii))	(715.038)	(112.270)	-	-
Gerais e administrativas (Nota 22)	(84.053)	(83.773)	(314.847)	(452.226)
Outras receitas, líquidas	(2.875)	122.768	(1.867)	124.180
(Prejuízo) lucro operacional	(797.695)	(70.318)	645.744	758.999
Resultado de participação societária	-	-	(741.015)	(66.224)
Resultado financeiro, líquido (Nota 23)	(63.392)	(1.895)	(783.453)	(768.807)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(861.087)	(72.213)	(878.724)	(76.032)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 16)	-	6.256	(1.040)	12.168
Prejuízo das operações continuadas	(861.087)	(65.957)	(879.764)	(63.864)
Operações em negociação				
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10)	(202.824)	(1.052.416)	(205.524)	(1.334.183)
Prejuízo do exercício	(1.063.911)	(1.118.373)	(1.085.288)	(1.398.047)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(1.063.911)	(1.118.373)
Participação dos não controladores			(21.377)	(898)
Participação dos não controladores nos ativos mantidos para negociação			-	(278.776)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 24)	(4,96)	(5,21)	(1,085,288)	(1,398,047)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(1.063.911)	(1.118.373)	(1.085.288)	(1.398.047)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investidas no exterior	(361)	1.537	(361)	1.537
Ajuste de avaliação a valor de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (Notas 18 (b))	(20.457)	(24.192)	(21.838)	(21.852)
Ajuste de avaliação a valor de <i>hedge</i> de fluxo de caixa mantidos para negociação (Notas 18 (b))	-	(2.033)	-	(3.050)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.084.729)	(1.143.061)	(1.107.487)	(1.421.412)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(1.084.729)	(1.143.061)	(1.084.729)	(1.143.061)
Participação dos não controladores	-	-	(22.758)	(278.351)
	(1.084.729)	(1.143.061)	(1.107.487)	(1.421.412)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	(881.905)	(88.612)	(904.663)	(87.170)
Nos ativos mantidos para negociação	(202.824)	(1.054.449)	(202.824)	(1.334.242)
	(1.084.729)	(1.143.061)	(1.107.487)	(1.421.412)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora									
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Legal	Realização de investimento	Reserva de lucros a realizar					
Em 1 de janeiro de 2015	1.610.713	621.483	36.428	145.714	1.230.721	(28.765)	3.616.294	781.827	4.398.121	
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	(65.957)	(898)	(66.855)	
Prejuízo do exercício das operações dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	-	-	(1.052.416)	(278.776)	(1.331.192)	
Ajuste de avaliação de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	(24.192)	(24.192)	2.340	(21.852)	
Ajuste de avaliação de <i>hedge accounting</i> de ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	-	(2.033)	(2.033)	(1.017)	(3.050)	
Ajuste de conversão de investidas no exterior	-	-	-	-	-	1.537	1.537	-	1.537	
Total resultado abrangente do exercício						(24.688)	(1.118.373)	(278.351)	(1.421.412)	
Compensação do prejuízo	-	-	-	-	(1.118.373)	-	1.118.373	-	-	
Ganho e perda na variação de participação de controlada	-	-	-	-	-	33.224	33.224	(33.224)	-	
Aporte de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	874.174	874.174	
Aporte de não controladores em ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	56.905	56.905	
Outras transações com não controladores	-	-	-	-	-	-	-	130	130	
Em 31 de dezembro de 2015	1.610.713	621.483	36.428	145.714	112.348	(20.229)	2.506.457	1.401.461	3.907.918	
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	(861.087)	(21.377)	(882.464)	
Prejuízo do exercício das operações dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	-	-	(202.824)	-	(202.824)	
Ajuste de avaliação de <i>hedge accounting</i> (Nota 18 (b))	-	-	-	-	-	(20.457)	(20.457)	(1.381)	(21.838)	
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 18 (b))	-	-	-	-	-	(361)	(361)	-	(361)	
Total resultado abrangente do exercício						(20.818)	(1.063.911)	(22.758)	(1.107.487)	
Compensação do prejuízo	-	-	(36.428)	(145.714)	(112.348)	-	294.490	-	-	
Ganho e perda na variação de participação de controlada (Nota 18 (b))	-	-	-	-	-	(1.843)	(1.843)	(1.137.959)	(1.139.802)	
Aporte de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	312.418	312.418	
Outras transações com não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(409)	(409)	
Em 31 de dezembro de 2016	1.610.713	621.483	-	-	-	(42.890)	(769.421)	552.753	1.972.638	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	(861.087)	(72.213)	(878.724)	(79.023)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício				
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para negociação	(202.824)	(1.052.416)	(205.524)	(1.168.462)
Depreciação e amortização	738	780	189.317	172.144
Resultado de equivalência patrimonial	614.161	112.270	113.745	66.224
Resultado de equivalência patrimonial dos ativos mantidos para negociação	-	-	2.700	2.991
Perda por impairment nos investimentos	104.911	-	631.303	-
Baixa de investimentos	-	51.572	-	51.572
Ajuste a valor presente	-	-	41.361	121.217
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	75.444	20.770	732.442	765.297
Outros	3.514	(28.617)	27.433	(63.406)
Caixa (aplicado nas) proveniente das operações	(265.143)	(967.854)	859.577	1.037.016
Caixa proveniente das operações dos ativos mantidos para negociação	202.824	1.052.416	202.824	56.752
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	-	-	50.598	(158.669)
Tributos a recuperar	15.013	13.530	16.509	3.099
Outros ativos	(4.561)	(10.429)	(9.765)	2.138
Fornecedores	934	143	(192.853)	113.479
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(5.231)	856	(17.540)	36.192
Outros passivos	1.422	(1.444)	75.532	35.928
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	7.577	2.656	(77.519)	32.167
Juros pagos	(65.831)	(125.747)	(496.272)	(516.488)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.735)	(1.872)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(120.573)	(38.529)	283.052	550.823
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação	-	-	(2.700)	(66.311)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao investimento em participações societárias	(252.676)	(354.182)	(149.865)	(160.936)
Adições ao imobilizado	(38)	-	(50.337)	(5.386)
Adições ao intangível	-	-	(865.407)	(2.360.989)
Aplicações financeiras	171.875	7.192	438.700	(18.710)
Outorga fixa	-	-	-	(854.241)
Recebimento de dividendos e JCP	217	23.844	15.363	8.369
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(80.622)	(323.146)	(611.546)	(3.391.893)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação	(35.366)	(111.679)	(47.939)	11.748
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dívidas de curto e longo prazos, líquida	-	-	-	-
Captações	-	-	497.175	1.392.565
Amortização de empréstimos				
Principal	(3.560)	(4.795)	(322.938)	(191.232)
Partes relacionadas				
Recursos liberados	(92.600)	(309.485)	(31.337)	(27.397)
Recursos recebidos	207.850	175.025	-	-
Dividendos	-	-	(128)	(2.609)
Aumento de capital social	-	-	312.419	750.415
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	111.690	(139.255)	455.191	1.921.742
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	(109.124)
Efeito de caixa das empresas incluída / excluída na consolidação	-	-	(455.107)	(82.110)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(124.871)	(612.609)	(379.049)	(1.165.125)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	226.002	838.611	1.030.148	2.195.273
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	101.131	226.002	651.099	1.030.148

As principais transações não caixa estão divulgadas na Nota 25.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Odebrecht TransPort S.A. (“Companhia” ou “OTP” e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, “Grupo”), com sede em São Paulo, foi constituída em 17 de setembro de 2012 tendo por objeto social:

- (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros;
- (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e
- (iii) Participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”), sendo controlada pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

A Companhia encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2016, com passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 44.614 (em 2015, o CCL estava positivo em R\$ 466.779), e o consolidado apresenta excesso do passivo circulante em relação ao ativo circulante no montante de R\$ 733.935 (2015 – R\$ 1.870.698), em virtude, substancialmente do saldo de financiamento da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”). A CRO previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da CRO e os termos de garantias dos acionistas. Para equalizar os efeitos do Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo, a CRO utilizou os recursos advindos de suas das atividades operacionais, aportes dos acionistas e mútuos subordinados contratados no decorrer do ano de 2016, até que ocorra a captação do empréstimo de longo prazo.

O ano de 2017 será um ano de relevantes desafios para o Grupo, face ao cenário macroeconômico de baixo crescimento e necessidade de ajustes para se adaptarem ao cenário adverso. No caso específico das concessões no segmento de infraestrutura, a crise econômica provocou um desequilíbrio econômico-financeiro, impactando a capacidade das concessionárias em manter suas obrigações contratuais e, ainda, sofrendo com entrave nas liberações de financiamento de longo prazo e restrição de crédito; e com incertezas e inseguranças no ambiente regulatório e instabilidade institucional.

A Administração da Companhia está implementando ações para assegurar a hígidez financeira da Companhia, consolidar a sua sustentabilidade econômico-financeira, retomar o Crescimento e criar liquidez para os acionistas, os objetivos a serem perseguidos são:

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Promover a reestruturação societária da OTP com ajuste de sua estrutura de capital;
- Ter a Odebrecht Mobilidade e a Odebrecht Rodovias como dois negócios apartados com estrutura de capital equilibrada e controle compartilhado;
- Obter liquidez na Companhia e nas Holdings de segmento suficiente para suportar os investimentos nos Projetos, com uma relação de dívida/capital adequada e conforme política de caixa mínimo, considerando não ter endividamento na OTP;
- Obter a liberação das garantias dos acionistas da Companhia nos financiamentos; e
- Gerar resultado líquido positivo.

Dessa forma, a Companhia deve buscar se concentrar em segmentos que tenham fluxo de caixa previsível e estável, através da simplificação e redução de risco operacional e financeiro, incluindo a reestruturação da Dívida Corporativa, de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial dos ativos da Companhia.

Para execução desse Plano de Ação, será necessário recuperar o acesso ao mercado de crédito e ao mercado de capitais. Para isso, são condições mínimas:

- Pleno funcionamento do sistema de conformidade e controles internos, e;
- Continuidade do processo evolutivo de aprimoramento dos aspectos de governança corporativa, consolidando iniciativas anteriores a 2016.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht, bem como mandados de prisão de natureza cautelar, bem como condução coercitiva de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht.

Em 1º de dezembro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da denominada “Operação Lava Jato”, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com a Odebrecht S.A., holding do grupo Odebrecht, que detém participação indireta na Companhia, homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, bem como pelo juízo da 13ª Vara Federal em Curitiba. Nesse Acordo, a Odebrecht S.A., responsabilizou-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. Este acordo é parte de um acordo global coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, norte-americana e suíça, no âmbito do qual a Odebrecht S.A. se compromete a pagar o valor global equivalente a R\$ 3,8 bilhões em 23 anos, corrigido pela taxa Selic, em condições específicas determinadas no próprio Acordo.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ainda em relação à “Lava Jato”, o Supremo Tribunal Federal homologou, em 30 de janeiro de 2017, as colaborações premiadas de 77 executivos, e ex-executivos do Grupo Odebrecht. O ex-presidente da Companhia é um dos colaboradores. Até o presente momento, o conteúdo das colaborações é objeto de investigação por parte das autoridades brasileiras, sendo que parte do sigilo em relação ao conteúdo das delações foi levantado pelo Min. Fachin, do Supremo Tribunal Federal, em 11 de abril de 2017.

A Odebrecht S.A. se comprometeu a cessar completamente o seu envolvimento nos fatos revelados, bem como na adoção de medidas especiais a fim de evitar a repetição de condutas similares no futuro. Assim, programas de integridade (compliance) vêm sendo implementados em todas as suas controladas e serão obrigatoriamente aprimorados nos termos dos Artigos 41 e 42 do Decreto nº 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. Esses compromissos são parte de acordo global firmado pela Odebrecht S.A. concomitante com a autoridade brasileira, suíça e estadunidense.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia continua a adotar medidas para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) a implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) a operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

No ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a Companhia, alterou a estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao seu Conselho de Administração, assim como a função do *Chief Compliance Officer* (CCO), que responde diretamente para o Comitê de Conformidade. Este Comitê e o CCO apoiam a Companhia na efetivação do Programa de Conformidade.

Adicionalmente, a Companhia (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (a Companhia é signatária do Pacto pela Integridade do Instituto Ethos); (ii) aprovou a Nova Política sobre Conformidade com a Atuação Ética, Íntegra, e Transparente, a qual trata de temas como Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, Patrocínio e Doações, dentre outros; (iii) está implementando a metodologia de Governança, Riscos e *Compliance* (“GRC”); (iv) está elaborando plano de auditoria interna para implementação já em 2017; (v) está implementando a Matriz de Riscos estratégicos e Controles; (vi) realizou em 2016 treinamento para seus integrantes sobre a Nova Política de Conformidade e elaborou um plano anual de treinamentos das novas políticas para todos os seus integrantes e de suas controladas sobre os temas da nova política e instruções decorrentes.

Na medida em que (i) a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento; e (iv) não haja como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras; a Administração neste momento entende que tais

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

Contratos de concessão

Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (CRB)

A controlada CRB celebrou em 2 de abril de 2009, junto a ARTESP, o contrato de Concessão Rodoviária tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)

Contrato concessão firmado em 12 de março de 2014 entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a CRO, para a prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, no estado do Mato Grosso e compreende os trechos de 850,9 Km, sendo 822,8 Km na BR-163/T e 28,1 Km na MT-407. A concessão patrocinada será explorada principalmente, mediante a cobrança da tarifa de pedágio dos usuários. O prazo da concessão é de 30 anos, contados a partir da data de assunção.

Concessionária Bahia Norte S.A. (CBN)

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretária de Infraestrutura do Estado da Bahia (“SEINFRA”) e a investida indireta CBN, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, com a cobrança de pedágios, a partir da data de assinatura do contrato.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 com extensão de 11,20 km, para a CBN construir, operar e manter a Rodovia, que será denominada Via Expressa de Lauro de Freitas. Como consequência, a área de total concedida passará a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico financeiro da concessão, fica aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos.

Concessionária Rota do Atlântico S.A. (CRA)

Contrato firmado em 18 de julho de 2011 entre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco) e a CRA, tendo como objeto a exploração do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way”, precedida de execução de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro sem prazo definido, contados de novembro de 2011.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (CRC)

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público- Privada (CGPE) e a controlada indireta CRC, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato.

Concessionária Rota das Fronteiras S.A. (CRF)

Contrato firmado em 05 de setembro de 2014 entre o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privada do Estado do Paraná (CGPPP) e a controlada indireta CRF, tendo como objeto a exploração do corredor da PR-323, mediante a realização das obras e a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato.

A CRF deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Concessionária Rota do Horizonte S.A. (CRH)

A CRH, com sede em Belo Horizonte – Minas Gerais, com o objeto social, único e exclusivo, a exploração, mediante parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realização das obras de implantação, obras de ampliação e a prestação de serviços pela Sociedade e atividades correlatas, além da exploração de fontes de receitas acessórias. Entretanto, o Contrato de Concessão ainda não foi assinado, não estando portanto em eficácia.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (SuperVia)

A Supervia é detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores, no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo de 25 anos, renovável por igual período. As operações da SuperVia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Aditivo ao Contrato de Concessão mencionado anteriormente, prorrogando o prazo até o dia 31 de outubro de 2048. A prorrogação do prazo, fixado acima, subordina-se a condição resolutiva consubstanciada na execução pela SuperVia dos investimentos assumidos até 31 de outubro de 2020.

Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (VLT-GO)

Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada firmado em 21 de fevereiro de 2014 entre o Estado de Goiás, vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Metropolitanos e a Concessionária Mobilidade Anhanguera para prestação de serviços, incluindo implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos – VLT, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no contrato assinado em 31 de março de 2014. A concessão será explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários. Adicionalmente, a VLT-GO fará jus ao recebimento de aporte e contraprestação pecuniária.

Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT-RJ)

Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada firmado em 07 de maio de 2013 entre o Município do Rio de Janeiro e a Concessionária do VLT-RJ para prestação de serviços, incluindo a realização de obras e fornecimento da rede prioritária, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos – VLT na região portuária e central do Rio de Janeiro pelo prazo de 25 anos, contados da emissão de ordem de início pelo Poder Concedente.

A concessão será explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários. Adicionalmente, a VLT-RJ fará jus ao recebimento de aporte e contraprestação pecuniária.

Concessionária Move São Paulo S.A. (Move SP)

Contrato de Concessão Patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, pela STM e a Move SP para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da linha 6 – Laranja de metro de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão.

A Linha 6 - Laranja integrará o sistema metroferroviário da Região Metropolitana de São Paulo, e compreende uma linha com 15,3 km de extensão no trecho Brasilândia- São Joaquim, abrangendo 15 estações enterradas. A concessão patrocinada contempla as fases de implantação da infraestrutura com prazo máximo de 06 (seis) anos, e de operação, conservação e manutenção dos serviços, e eventual expansão, com prazo mínimo de 19 (dezenove) anos, limitado ao prazo de concessão de 25 (vinte e cinco) anos. O prazo de vigência somente se iniciará com a Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão, emitida após concluídas as obrigações do Poder Concedente previstas na Etapa Preliminar.

A concessão patrocinada será explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e, adicionalmente, a concessionária fará jus ao recebimento de aporte de recursos e contraprestação pecuniária, sendo possível explorar fontes alternativas e complementares de receita e empreendimentos associados à Concessão, desde que estas atividades não comprometam a segurança da operação e os padrões de qualidade do serviço concedido.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (CARJ)

Contrato de Concessão firmado em 2 de abril de 2014 entre a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”), vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e a CARJ para prestação de serviços, incluindo a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo aeroportuário no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão, pelo prazo de 25 anos, com outorga no valor de R\$ 19.018.888.

A concessão será explorada mediante a cobrança de tarifas e utilização dos espaços no complexo Aeroportuário.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agrovia do Nordeste S.A. (Agrovia)

A Agrovia possui Contrato de Arrendamento nº 029/2012 que transferiu a titularidade de todos os direitos e obrigações da construção e exploração do terminal açucareiro na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape para implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar à granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem. O arrendamento tem o prazo de 25 anos a partir da data do início da operação em 2016, podendo ser prorrogado por mais 25 anos.

As presentes demonstrações contábeis consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 26 de maio de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que as mesmas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

Demonstrações contábeis individuais

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

Controladas são todas as empresas, nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na empresa é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado do exercício.

(d) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são todas as empresas sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle.

Controladas em conjunto são todas as empresas sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e controladas em conjunto, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(e) Resultado de participação societária

Para melhor apresentação do resultado de participação societária, a Companhia o classifica na demonstração do resultado como atividade operacional, enquanto que, no consolidado, o apresenta fora do resultado operacional.

(f) Companhias consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas em 31 de dezembro:

	País	Participação no capital social(%)	
		2016	2015
Companhias consolidadas diretamente			
Odebrecht Transport Participações S.A. ("OTPP")	Brasil	100,00%	100,00%
Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB") (i)	Brasil	(i)	100,00%
Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("Embraport") (ii)	Brasil	66,67%	66,67%
Odebrecht Transport Aeroportos S.A. ("OTPA")	Brasil	100,00%	100,00%
Liquiport Vila Velha S.A. ("Liquiport")	Brasil	100,00%	100,00%
Otima - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Otima") (ii)	Brasil	58,70%	58,70%
Otima Brasil S.A. ("Otima BR") (ii)	Brasil	100,00%	100,00%
Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH")	Brasil	60,00%	60,00%
Woodhollow Participações S.A. ("Woodhollow")	Brasil	100,00%	100,00%
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR")	Brasil	100,00%	100,00%
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	87,64%	75,00%
Companhias consolidadas indiretamente			
Rio Trens Corporation ("RTC")	Ilhas Cayman	36,00%	36,00%
Rio Trens Participações S.A. ("RTP")	Brasil	36,00%	36,00%
SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A. ("SuperVia")	Brasil	36,00%	36,00%
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.	Brasil	54,00%	54,00%
Rio de Janeiro Aeroportos S.A. ("RJA") (iii)	Brasil	(iii)	59,91%
Concessionário Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (iii)	Brasil	(iii)	30,55%
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Brasil	74,13%	74,13%
Concessionário Rota do Oeste S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Odebrecht Transport Mobilidade Urbana S.A. ("OTPMU")	Brasil	100,00%	100,00%
Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00%	60,00%
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha6")	Brasil	37,55%	42,00%
Entidade de propósito específico ("EPE")			
Fundo Caixa Atlântico	Brasil	65,94%	63,39%

(i) Empresa conferida a ODBR durante o exercício.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Vide Nota 10 – Ativos mantidos para negociação.

(iii) Empresas que deixaram de ser consolidadas durante o exercício (Nota 11 (iii)).

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Administração, responsável pela tomada de decisão, pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, para o qual as informações financeiras individualizadas estão disponíveis (Nota 19).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais da Companhia e consolidadas do Grupo estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas dessas transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, respectivamente.

(c) Conversão de controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), são convertidos para Real, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada item do balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada item da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado, na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultados financeiros, líquido", no período em que ocorrem. Em 31 de dezembro de 2016, compreendem "Aplicações financeiras".

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Em 31 de dezembro de 2016, compreendem, "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas", "Depósitos judiciais" e "Outros ativos".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro, líquido" no período em que ocorrem.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.3 Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. As controladas adotam, quando aplicável, a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

As controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. As controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 18 (b). O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

2.7 Contas a receber

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela PECLD, se necessária.

2.8 Ativos não circulantes mantidos para negociação

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando (i) seu valor contábil for recuperável por meio de venda; e (ii) quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Esses ativos são apresentados em linha específica do balanço patrimonial e da demonstração do resultado. Quando se tratar de investimentos em sociedade controlada, seus ativos e passivos, após a eliminação dos saldos mantidos entre as empresas, também são apresentados nessa mesma rubrica específica do balanço patrimonial consolidado.

O resultado destas operações, contemplando o resultado total após o imposto de renda é apresentado em montante único na demonstração de resultado.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que o Grupo questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são reconhecidos inicialmente a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Os ativos são reconhecidos na medida em que haja perspectiva de realização e os passivos são integralmente reconhecidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos sobre a renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos sobre a renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos sobre a renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento às Interpretações e à Orientação emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01 e OCPC 05).

O ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição ou formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita, contrapartida do ativo intangível, é estimada

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

considerando os investimentos efetuados pelo Grupo na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizado nas operações da correspondente controlada, sendo que os investimentos realizados são avaliados a valor de custo do investimento e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligadas e de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida quando aplicável; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida, quando aplicável, e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(c) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de outorga da concessão”, no ativo intangível (Nota 13 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante na rubrica de “Credor pela aquisição de concessão” (Nota 15).

O direito de outorga da concessão foi registrado ao custo de aquisição a valor presente, sendo a amortização calculada pelo padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os encargos incidentes sobre as debêntures e a amortização dos custos de transação são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa financeira.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes, exceto quando prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e, subsequentemente, ao custo amortizado.

2.15 Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão e representam as obrigações a pagar pelo direito de explorar a concessão e são registrados no passivo circulante e não circulante, inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista e previdenciárias, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Benefícios a empregados - participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). O Grupo não possui benefícios pós emprego.

2.18 Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

Bilheteria de mobilidade urbana

A receita de venda de bilhetes compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável.

Pedágio de rodovias

As receitas provenientes de pedágios do Grupo e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na passagem dos clientes pelas praças de pedágio e compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades de algumas controladas indiretas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Espaços publicitários e comerciais

A receita de espaços publicitários e comerciais do Grupo é proveniente da exploração de espaços publicitários, sendo registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada, cujo prazo médio de veiculação das campanhas, na maioria dos casos, é de uma semana.

Receitas aeroportuárias

Receita de serviços aeroportuários tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços aeroportuários não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(b) Receitas de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pelo Grupo na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas, já que o Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Construção (CPC 17), segundo o método de custo acrescido de margem, que varia de praticamente 0% a 1,0% nas empresas do Grupo. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

2.20 Arrendamento mercantil

A Companhia possui arrendamento mercantil financeiro, onde há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

2.21 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes principais novas normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

IFRS 9 / CPC 48- "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção;

IFRS 15 / CPC 47- "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção; e

IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço (Nota 10 (i)) e no cálculo do valor em uso (Nota 11 (ii)).

Em 2016 a Controladora registrou uma perda por *impairment* no valor de R\$ 307.735, sendo: R\$ 100.877 do investimento na Logum, R\$ 202.824 do investimento na Embraport (R\$ 496.132 – 2015), e uma perda por *impairment* no ágio da Liquiport no valor de R\$ 4.034. Ainda em 2016, as investidas diretas OTPA e ODBR registraram R\$ 526.392 de perda por *impairment*, sendo: R\$ 322.273 no investimento da CARJ, R\$ 181.956 do investimento na CRO e R\$ 22.163 do investimento da CRF.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização dos impostos diferidos estão apresentados na Nota 16.

(c) Reconhecimento de margem da receita de construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção as controladas CRB, CRO, CRC, CARJ e SuperVia utilizaram o custo total incorrido, mais margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

A CRB e a CRO reconhecem o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração da CRB e CRO reconhecem que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível da Supervia reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Supervia em função da curva de demanda de passageiros.

A CARJ reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através do método linear e da projeção de curva de demanda de passageiros, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração da CARJ reconhece que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(e) Provisões para contingências e depósitos judiciais

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e previdenciários, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

(f) Operações em negociação

A Companhia possui um plano de desmobilização de determinados ativos aprovado no nível hierárquico de gestão apropriado, tendo iniciado um programa firme para a sua conclusão. As ações tomadas indicam que é improvável que possa haver alteração significativa no plano.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco cambial, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A política determina a identificação, mensuração e controle dos riscos de todos os negócios do Grupo, apoiando a decisão sobre o tratamento a ser dado a cada risco considerado relevante ao negócio (mitigação, transferência ou aceitação). A Tesouraria Corporativa e de suas controladas atuam na contratação efetiva junto ao mercado financeiro de instrumentos mitigadores de risco (derivativos). O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial e risco de taxa de juros.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha. Segundo avaliação da Administração da controlada SuperVia, há um risco de crédito substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos. A investida monitora esses recebíveis frequentemente.

(e) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento ou diminuição na sua despesa ou receita financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), do IPCA (“Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo”) e do Certificado de Depósito Bancário (“CDI”).

As controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preço nas receitas onde as tarifas concessionadas são reajustadas pelo IPCA em sua maioria.

A SC Empreendimento e Participações S.A., controlada da SuperVia, utiliza operações de *swap* para gerenciar a exposição ao CDI, com valor de mercado de R\$ 436 em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 1.001).

4.2 Gestão de capital - Consolidado

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para alcance desses objetivos, a Companhia exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)	6.114.800	6.673.945
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(651.099)	(1.030.148)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(306.041)	(647.715)
Dívida líquida	5.157.660	4.996.082
Total do patrimônio líquido	1.972.638	3.907.918
Total do capital próprio e de terceiros	7.130.298	8.904.000
Índice de alavancagem financeira - %	72	56

5 Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria:

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	2016	2015	2016	2015
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	-	651.099	1.030.148
Aplicações financeiras (Nota 7)	306.041	647.715	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	-	182.709	364.494
Demais contas a receber	-	-	29.548	32.405
	306.041	647.715	863.356	1.427.047
			Outros passivos financeiros	
			2016	2015
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)			6.114.800	6.673.945
Fornecedores			163.626	488.889
Outras obrigações, excluindo obrigações legais			88.032	139.087
Credor pela aquisição de concessão (Nota 15)			26.432	11.645.952
			6.392.890	18.947.873

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Recursos em bancos e em caixa	4.860	73	42.599	24.760
Aplicações financeiras (a)	96.271	225.929	608.500	1.005.388
	101.131	226.002	651.099	1.030.148

- (a) Parte do saldo do caixa e equivalente de caixa da Companhia e suas controladas, está aplicado no Fundo Atlântico (parte relacionada), sendo aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas entre 98% a 101% do CDI (2015 - 97,5% a 101,5% do CDI).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras (a)	-	156.307	202.149	574.654
Caixa restrito (b)	13.507	10.868	103.892	73.061
	13.507	167.175	306.041	647.715
Ativo circulante	-	156.307	284.586	628.998
Ativo não circulante	13.507	10.868	21.455	18.717

- (a) As operações compromissadas das controladas indiretas OM e CRO no montante de R\$ 202.149 referem-se à compra de títulos com compromisso de revenda em data futura, onde parte está aplicado no Fundo Atlântico (parte relacionada), com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecidos na data de contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras, remuneradas entre 100% a 102% do CDI (2015 - 99,2% a 100,7% do CDI).

A variação da aplicação financeira refere-se a aportes nas investidas conforme Nota 11 (ii) e ao mútuo realizado em abril de 2016 pela controlada indireta OM na investida SuperVia no montante de R\$ 120.000, remuneração a taxa de mercado, com vencimento em abril de 2019.

- (b) A Companhia, SuperVia, CRO e CRC por exigência de seu contrato de financiamento tem a necessidade, de manter saldo de aplicação condicionado a resgates, exclusivos, ao pagamento de parcelas do financiamento, cujo saldo deve ser suficiente para fazer face aos juros a incorrer nos próximos 6 meses.

8 Contas a receber

	Consolidado	
	2016	2015
Prestação de serviços portuários e aeroportos (a)	-	171.925
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (b)	102.500	88.290
Meios de pagamentos eletrônicos (c)	54.835	62.011
Espaços publicitários e comerciais (d)	19.097	39.472
Outros	6.277	4.380
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.584)
	182.709	364.494
Ativo circulante	139.375	323.421
Ativo não circulante	43.334	41.073

- (a) Em 31 de dezembro de 2015, refere-se ao saldo anteriormente consolidados da investida indireta CARJ (Nota 11 (iii)).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Valores pagos pela SuperVia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto no 6º Aditivo ao Contrato de Concessão, valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, reembolso a receber por estudante e deficiente físico beneficiado por gratuidade e pelo fornecimento de café da manhã nas estações ferroviárias. Refere-se a reembolso a ser recebido por conta do pagamento efetuado pela SuperVia a fornecedores que prestam este serviço.
- (c) Recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágios da CRB, CRO e CRC.
- (d) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária e aluguel de imobiliário e aluguel de espaço publicitário da SuperVia.

9 Partes relacionadas

Composição

	Controladora						Consolidado		
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Resultado financeiro	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Transações		
							CSC e T1 (i)	Aluguel e condomínio(ii)	Outros
OTP	-	-	-	-	-	-	1.909	6.456	1.730
CRB (a)	4.168	371.144	44.257	100	-	100	1.474	-	-
CRC	-	-	-	-	-	398	371	-	-
CRA (a)	-	35.894	4.680	-	35.894	-	-	-	-
VLT RJ (a)	-	-	-	-	21.225	882	-	-	-
ODBR (a)	-	-	12.610	-	-	-	391	204	119
CRO (a)	40.717	-	5.208	-	-	-	1.127	-	159
CRH	-	-	-	-	-	30	262	-	-
CVR (a)	-	-	-	-	12.380	-	-	-	-
SuperVia	-	-	-	-	-	7.086	-	-	-
Outros	-	-	4	-	-	-	884	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44.885	407.038	66.759	100	69.499	8.496	6.418	6.660	2.008

- (a) Referem-se a operações de mútuos remunerados a taxa de mercado.
- (i) Refere-se a rateio de despesa com Centro de Serviços Compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) com a Organização.
- (ii) Refere-se a rateio de despesa de aluguel e condomínio com a Organização

A Companhia e algumas investidas fazem aplicações financeiras no Fundo Atlântico no montante de R\$ 359.145 (2015 – R\$ 522.647).

10 Ativos não circulantes mantidos para negociação

A Administração da Companhia consoante seu plano estratégico (Nota 1) iniciou negociações para a venda de sua participação na Embraport, na Otima, na Otima BR e na CVR, estimando que sua conclusão ocorra no transcurso de 2017, em função de depender de condições habituais de venda e posterior transferência de participação de uma empresa com financiamento contratado ou de uma concessionária de serviços públicos.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) CVR

A CVR tem sede na Cidade do Rio de Janeiro e tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica.

Em 30 de junho de 2016, a controlada ODBR assinou o contrato de compra e venda da totalidade das ações da investida Concessionária ViaRio (“CVR”) com a Companhia de Concessões Rodoviárias (“CCR”), sujeitos ao cumprimento de condições suspensivas, dentre elas a obtenção da aprovação do Poder Concedente, consentimento dos financiadores e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

(b) Embraport

A investida Embraport, tem sede na Cidade de Santos, Estado de São Paulo e tem por objeto social a exploração de terminais portuários e ou retro-portuários no Município de Santos e na sua área de influência. A operação do terminal iniciou em julho de 2013 e por ser um terminal privativo, não tem prazo de término da concessão.

(c) Otima e Otima BR

A investida Otima, tem sede em São Paulo e tem como objeto social a prestação de serviços de utilidade pública, sob o regime de Concessão, que inclui: Limpeza, manutenção e conservação de abrigos localizados em pontos de ônibus ou em estações de embarque e desembarque de passageiros; criação, confecção, instalação e manutenção de novos mobiliários urbanos; realização de obras de infraestrutura necessárias à instalação dos novos mobiliários urbanos; e exploração publicitária.

A investida Otima BR, tem sede em São Paulo e tem como objeto social o exercício de agenciamento, intermediação e representação comercial na exploração de espaços publicitários, *naming rights* e eventos diversos e participação em outras sociedades.

Os resultados de Embraport, Otima, Otima BR e CVR de 2016 e de 2015, correspondentes à parcela em negociação, estão apresentados na rubrica “Operações em negociação” nas demonstrações dos resultados no item (iv); e a participação da Companhia nos ativos e passivos estão apresentados na rubrica “ativos mantidos para negociação” do Balanço Patrimonial, ambos detalhados no item (ii) e (iii) desta Nota.

(i) Testes do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com a sua origem. Os valores recuperáveis foram determinados com base em premissas derivadas principalmente nas condições de mercado, encontrando-se, dessa forma, no Nível 2 da hierarquia de valor justo. A provisão por *impairment* de R\$ 202.824 (2015 - R\$ 496.132) foi reconhecida em relação a um dos ativos não circulante mantidos para negociação.

(ii) Saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, e movimentação em 2016

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2015					2016					
						Embraport					
	Embraport	Otima	Otima BR	Outros itens	Total	CVR	Aportes	Reclassificação	Impairment	SuperVia	Total
Circulante	141.563	77.783	844	-	220.190	-	-	-	-	-	220.190
Ativo não circulante mantido para negociação	-	-	-	30.084	30.084	-	-	-	-	(372)	29.712
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizado a longo prazo	375.749	32.204	-	-	407.953	-	-	-	-	-	407.953
Investimento	-	-	-	415.135	415.135	82.234	30.091	(147.402)	(202.824)	-	177.234
Imobilizado	1.392.124	124.254	464	-	1.516.842	-	-	-	-	-	1.516.842
Intangível	14.816	31.999	233	-	47.048	-	-	-	-	-	47.048
Diferido	12.619	-	-	-	12.619	-	-	-	-	-	12.619
Total do ativo	1.936.871	266.240	1.541	445.219	2.649.871	82.234	30.091	(147.402)	(202.824)	(372)	2.411.598

Passivo e patrimônio líquido	2015					2016					
						Aportes		Aportes		Reclassificação	
	Embraport	Otima	Otima BR	Outros itens	Total	Otima	Otima BR	Reclassificação	Total	Total	
Circulante	322.660	80.181	3.904	-	406.745	-	-	-	-	406.745	
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	-	-	-	211.143	211.143	(3.364)	(1.911)	(147.402)	-	58.466	
Não circulante	1.835.324	217.059	-	-	2.052.383	-	-	-	-	2.052.383	
Patrimônio líquido controladores	(147.410)	(18.197)	(2.363)	-	(167.970)	-	-	-	-	(167.970)	
	2.010.574	279.043	1.541	211.143	2.502.301	(3.364)	(1.911)	(147.402)	-	2.349.624	
Patrimônio líquido não controladores	(73.704)	(12.803)	-	-	(86.507)	-	-	-	-	(86.507)	
Total do passivo e patrimônio líquido	1.936.870	266.240	1.541	211.143	2.415.794	(3.364)	(1.911)	(147.402)	-	2.263.117	

(iii) Demonstração dos resultados

Operações contínuadas	2015					2016					
						CVR mantidos para negociação		CVR mantidos para negociação		Investimento	
	Embraport	Otima	Otima BR	Investimento Embraport	Total	Total	Total	Embraport	Total	Total	
Receita líquida	220.628	117.572	37	-	-	338.237	-	-	-	-	
Custo dos serviços prestados	(212.569)	(65.073)	(30)	-	-	(277.672)	-	-	-	-	
Lucro ou prejuízo bruto	8.059	52.499	7	-	-	60.565	-	-	-	-	
Despesas Gerais e administrativas	(68.615)	(40.501)	(2.104)	-	-	(111.220)	-	-	-	-	
Resultado Operacional	(60.556)	11.998	(2.097)	-	-	(50.655)	-	-	-	-	
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	(2.990)	(2.990)	(2.700)	-	-	(2.700)	
Provisão de Impairment	-	-	-	(496.132)	-	(496.132)	-	(202.824)	-	(202.824)	
Resultado financeiro líquido	(589.651)	(32.094)	70	-	-	(621.675)	-	-	-	-	
Resultado antes dos impostos	(650.207)	(20.096)	(2.027)	(496.132)	(2.990)	(1.171.452)	(2.700)	(202.824)	-	(205.524)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(169.041)	6.311	-	-	-	(162.730)	-	-	-	-	
Prejuízo do exercício	(819.248)	(13.785)	(2.027)	(496.132)	(2.990)	(1.334.182)	(2.700)	(202.824)	-	(205.524)	

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Demonstração dos fluxos de caixa

	2015					2016			
	Embraport	Otima	Otima BR	CVR mantidos para negociação	Total	CVR mantidos para negociação	Aportes em investimentos mantidos para venda (Otima e OtimaBR)	Investimento Embraport	Total
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(650.207)	(20.096)	(2.027)	(2.990)	(675.320)	(2.700)	-	-	(2.700)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício									
Depreciação e amortização	113.274	8.340	-	-	121.614	-	-	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	576.434	34.666	-	-	611.100	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	2.990	2.990	2.700	-	-	2.700
Outros	-	(641)	-	-	(641)	-	-	-	-
	39.501	22.269	(2.027)	-	59.743	-	-	-	-
Variação nos ativos e passivos	(12.275)	(832)	2.377	-	(10.730)	-	-	-	-
Caixa proveniente das (aplicadas nas) operações	27.226	21.437	350	-	49.013	-	-	-	-
Juros pagos	(90.531)	(24.793)	-	-	(115.324)	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicadas nas) atividades operacionais	(63.305)	(3.356)	350	-	(66.311)	-	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Adições ao investimento em participações societárias	-	-	-	(59.227)	(59.227)	(12.573)	(5.275)	(30.091)	(47.939)
Adições ao imobilizado	(11.070)	(23.392)	(464)	-	(34.926)	-	-	-	-
Adições ao intangível	(4.833)	(714)	(231)	-	(5.778)	-	-	-	-
	(15.903)	(24.106)	(695)	(59.227)	(99.931)	-	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento									
Amortização de empréstimos	(186.684)	(15.301)	-	-	(201.985)	-	-	-	-
Captações de empréstimos	-	35.956	-	-	35.956	-	-	-	-
Aumento de capital social	159.584	9.000	-	-	168.584	-	-	-	-
	(27.100)	29.655	-	-	2.555	-	-	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(106.308)	2.193	(345)	(59.227)	(163.687)	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	164.578	21.730	1.087	-	187.395	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	58.270	23.923	742	-	82.935	-	-	-	-

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos – Controladora

(i) Investimentos em controladas e coligadas

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Total do ativo		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Odebrecht TransPort Participações S.A.	551.135.000	551.135.000	100,00	100,00	608.926	586.573	604.025	586.346	38.300
Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (*)		556.799.050		100,00	3.332.439	3.268.355	-	7.59.040	(16.041)	(19.161)
Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.	185.845.913	155.753.242	66,67	66,67	-	1.943.271	-	(214.712)	-	(819.248)
Liquiport Vila Velha S.A.	1.199.799	1.199.799	100,00	100,00	29.117	10.812	10.200	8.890	1.310	373
Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN") (*)		155.768.685		50,00	953.470	790.513	-	212.070	(1.973)	(7.647)
Logum Logística S.A. ("Logum")	1.679.077.028	446.109.996	20,00	20,00	2.403.043	2.425.519	615.073	317.783	(182.710)	(218.332)
Otina Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	24.616.789	23.028.538	58,70	58,70	-	266.240	-	(30.999)	-	(13.785)
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") (*)		70.719.454		50,00	284.586	292.553	-	85.913	(2.208)	(17.548)
Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. ("OCE")	2.247.000	167.000	20,00	20,00	20.930	107.387	5.721	11.464	(5.720)	10.490
Odebrecht Transport Aeroportos S.A.	554.451.765	420.763.989	100,00	100,00	94.328	390.193	94.328	390.184	(191.016)	(7.876)
Otina Brasil S.A.	3.703.000	1.792.000	100,00	100,00	-	1.539	-	(2.363)	-	(2.027)
Odebrecht Rodovias S.A.	1.295.897.187	392.451.099	100,00	100,00	1.491.651	495.347	1.115.920	348.890	41.827	(31.715)
Woodhollow Participações S.A.	17.702.248	17.702.248	100,00	100,00	17.702	17.702	17.702	17.702	-	-
Concessionária Rota das Horizontes S.A.	600.000	600.000	60,00	60,00	5.168	5.714	5.085	5.128	(184)	8.863
Agrovia do Nordeste S.A.	18.203.247	7.703.247	87,64	75,00	58.188	50.318	19.665	14.597	(5.432)	(2.544)

(*) Empresas conferidas à ODBR durante o exercício de 2016.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação dos investimentos

Investimento	Saldo no início do exercício	Adições / Reduções	Movimentações societárias	Equivalência patrimonial	Movimentação AAP	Ganho (Perda) na variação de participação de controlada e outras movimentações	Saldo no final do exercício
Odebrecht TransPort Participações S.A.	586.347	-	-	38.299	(20.444)	(176)	604.026
Odebrecht Transport Aeroportos S.A.	390.184	133.688	-	(429.749)	-	202	94.325
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	759.039	-	(742.998)	(16.041)	-	-	-
Liquiport Vila Velha S.A.	8.890	-	-	1.310	-	-	10.200
Logum Logística S.A. (a)	63.557	96.000	-	(137.662)	-	242	22.137
Concessionária Bahia Norte S.A.	106.035	-	(105.072)	(963)	-	-	-
Concessionária Rota do Atlântico S.A.	42.956	-	(41.853)	(1.103)	-	-	-
Concessionária Rota das Horizonte S.A.	3.077	-	-	(25)	-	-	3.052
Odebrecht Rodovias S.A.	348.890	18.523	889.923	(163.579)	-	-	1.093.757
Agrovia do Nordeste S.A.	10.949	10.500	-	(4.221)	-	8	17.236
Outros investimentos	29.228	(6.035)	-	(1.304)	(374)	-	21.515
31 de dezembro de 2016	2.349.152	252.676	-	(715.038)	(20.818)	276	1.866.248
31 de dezembro de 2015	2.395.527	477.456	(396.713)	(112.270)	(24.760)	9.912	2.349.152

(a) O montante apresentado no saldo de equivalência patrimonial da Logum, contempla o valor de E# 100.877 da perda por *impairment* (Nota 3.1 (a))

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Informações sobre investimentos diretos

OTPA

Em 25 de abril de 2016, a Companhia realizou um aumento de capital na controlada OTPA no montante de R\$ 133.688, mediante a emissão de 133.687.776 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado em moeda nacional corrente.

Em 27 de abril de 2016, a OTPA e a Excelente B.V. assinaram o primeiro aditamento ao acordo de acionistas no qual decidiram compartilhar o controle da investida RJA sem alteração do percentual de participação. A partir desta data as demonstrações contábeis da OTPA estão sendo apresentadas sem a consolidação da investida direta RJA e da investida indireta CARJ.

Logum

Ao longo de 2016, a Companhia realizou aumento de capital no montante de R\$ 160.285, com emissão de 1.232.967.032 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizando R\$ 96.000.

ODBR

Em 7 de março de 2016, a Companhia integralizou R\$ 5.000 em moeda nacional corrente, nesta mesma data a Companhia realizou aumento de capital social da ODBR no montante de R\$ 11.173 mediante a emissão de 11.172.809 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente integralizado em moeda nacional corrente.

Em 29 de abril de 2016, a Companhia realizou aumento de capital social da ODBR no montante de R\$ 889.923 mediante a emissão de 889.923.279 ações ordinárias, integralizadas por meio de conferência de ações da CRB, CRA e CBN.

Em 30 de maio de 2016, a Companhia realizou aumento de capital social da ODBR no montante de R\$ 2.350 mediante a emissão de 2.350.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente integralizado em moeda corrente.

Agrovia

Ao longo de 2016, a Companhia realizou aumento de capital na controlada Agrovia no montante de R\$ 10.500, mediante a emissão de 10.500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado em moeda nacional corrente.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado - Consolidado

Composição

	Terrenos	Obras/ projetos em andamento	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Outros	Total
Custo	21.642	58.365	170.519	1.537.618	5.040	4.558	6.963	1.804.705
Depreciação acumulada	-	-	(8.926)	(148.079)	(950)	(964)	(1.192)	(160.111)
Saldo em 1 de janeiro de 2015	21.642	58.365	161.593	1.389.539	4.090	3.594	5.771	1.644.594
Aquisições	-	4.164	160	3.675	515	623	60	9.197
Baixas, líquidas de depreciação	-	(101)	-	(112)	-	(227)	-	(440)
Transferências	-	(1.209)	1.209	-	-	-	-	-
Movimentação Societária	(12.539)	(54.289)	(150.844)	(1.367.276)	(2.184)	(150)	(4.662)	(1.591.944)
Depreciação	-	-	(1.215)	(1.891)	(350)	(663)	(436)	(4.555)
Saldo contábil	9.103	6.930	10.903	23.935	2.071	3.177	733	56.852
Custo	9.103	6.930	13.049	28.076	2.725	4.597	1.631	66.111
Depreciação acumulada	-	-	(2.146)	(4.141)	(654)	(1.420)	(898)	(9.259)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.103	6.930	10.903	23.935	2.071	3.177	733	56.852
Aquisições	-	49.256	80	1.743	137	6.504	70	57.790
Baixas, líquidas de depreciação	-	(3.539)	-	-	(2)	(486)	-	(4.027)
Transferências	-	(3.227)	3.905	41	-	1	(720)	-
Desconsolidação (*)	-	-	-	(773)	(747)	(542)	-	(2.062)
Depreciação	-	-	(1.387)	(2.397)	(321)	(1.665)	(8)	(5.778)
Saldo contábil	9.103	49.420	13.501	22.549	1.138	6.989	75	102.775
Custo	9.103	49.420	17.907	28.571	1.974	9.889	105	116.969
Depreciação acumulada	-	-	(4.406)	(6.022)	(836)	(2.900)	(30)	(14.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.103	49.420	13.501	22.549	1.138	6.989	75	102.775
Taxas anuais de depreciação (%)		10	2 a 10	1,3 a 20	10	10 a 25	até 20	

(*) Referem-se aos saldos anteriormente consolidados da investida indireta CARJ (Nota 11 (iii)).

13 Intangível - Consolidado

(i) Composição

	2016	2015
Direito de outorga da concessão (a)	1.118.295	13.053.377
Infraestrutura (b)	5.555.002	7.013.754
Ágio sobre investimentos (c)	10.096	14.131
Outros	35.530	54.498
	6.718.923	20.135.760

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Direito de outorga da concessão

Em 31 de dezembro de 2016, está composto pelas seguintes outorgas:

- (i) A CRB possui ativo intangível no valor de R\$ 1.107.077 (2015 - R\$ 1.139.416), relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela curva de tráfego limitado ao tempo do contrato;
- (ii) A SuperVia possui ativo intangível, no valor de R\$ 11.218 (2015 - R\$ 11.571), relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão até 2048.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2015, incluía R\$ 11.902.390 anteriormente consolidado da investida indireta CARJ (Nota 11 (iii)).

(b) Infraestrutura

Todo custo do investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão é tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

			2016	2015	Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada		Líquido	
Edifícios e instalações	954.006	(232.974)	721.032	548.146	2% - 4%
Pavimentações e conservação especial	1.129.655	(60.082)	1.069.573	1.228.220	12,5%
Hardware equipamentos de pedágio	139.052	(13.619)	125.433	86.126	20%
Demais melhorias e aplicações	628.815	(35.929)	592.886	768.983	4%
Desapropriações	133.288	(9.888)	123.400	122.147	3,33%
Equipamentos de informática	38.934	(26.760)	12.174	16.939	20%
Ferramentas e aparelhos acessórios	1.180	(805)	375	298	20%
Ponte	69.742	(5.335)	64.407	26.557	3,33%
Rodovias	336.595	(14.284)	322.311	37.484	5%
Praça de pedágio	161.951	(4.446)	157.505	9.434	5%
Material rodante	715.360	(199.684)	515.676	391.759	8%
Máquinas e equipamentos	42.006	(23.252)	18.754	214.530	10%
Móveis e utensílios	11.001	(4.999)	6.002	7.073	10%
Obras em andamento	1.080.030	-	1.080.030	2.786.568	n/a
Veículos	17.909	(5.372)	12.537	26.255	20%
Meio ambiente e equipamentos de segurança	45.451	(3.769)	41.682	38.014	n/a
Direito de acesso à infraestrutura	727.303	(36.078)	691.225	705.221	n/a
	6.232.278	(677.276)	5.555.002	7.013.754	

Em 31 de dezembro de 2015, incluía R\$ 1.959.421 anteriormente consolidado da investida indireta CARJ (Nota 11 (iii)).

(c) Ágio sobre investimentos

O saldo refere-se, substancialmente, ao valor não alocado após aplicação da combinação de negócios (CPC15) .

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

	Ágio sobre investimentos	Marcas e patentes	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Total
Custo	925.397	872	4.873.112	11.937.177	102.008	17.838.566
Amortização acumulada	-	(472)	(450.255)	(195.183)	(21.950)	(667.860)
Saldo em 1 de janeiro de 2015	925.397	400	4.422.857	11.741.994	80.058	17.170.706
Adições	-	-	2.613.326	-	21.477	2.634.803
Baixas, líquidas de amortização	-	-	(300)	-	(70)	(370)
Encargos financeiros capitalizados	-	-	87.148	1.413.476	-	1.500.624
Transferências	-	-	(9.401)	-	(15.730)	(25.131)
Movimentação societária	(911.266)	(150)	(4.099)	(32.200)	(29.571)	(977.286)
Amortização	-	(30)	(95.777)	(69.892)	(1.887)	(167.586)
Saldo contábil	14.131	220	7.013.754	13.053.378	54.277	20.135.760
Custo	14.131	716	7.558.621	13.315.653	65.544	20.954.665
Amortização acumulada	-	(496)	(544.867)	(262.275)	(11.267)	(818.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.131	220	7.013.754	13.053.378	54.277	20.135.760
Adições	-	-	860.659	524.250	10.330	1.395.239
Baixas, líquidas de amortização	(4.035)	-	(4.560)	-	-	(8.595)
Encargos financeiros capitalizados	-	-	90.974	-	-	90.974
Desconsolidação (*)	-	-	(2.272.023)	(12.410.446)	(28.447)	(14.710.916)
Amortização	-	(30)	(133.802)	(48.887)	(820)	(183.539)
Saldo contábil	10.096	190	5.555.002	1.118.295	35.340	6.718.923
Custo	10.096	716	6.232.278	1.363.103	46.076	7.652.269
Amortização acumulada	-	(526)	(677.276)	(244.808)	(10.736)	(933.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.096	190	5.555.002	1.118.295	35.340	6.718.923

(*) Referem-se aos saldos anteriormente consolidados da investida indireta CARJ que deixou de ser consolidada (Nota 11 (iii)).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros anuais (%)	2016	2015
Corporativo (a)	118 do CDI / CDI + 2,28	768.724	699.128
Captações estruturadas (b)	TJLP 0 a 2,63 / IPCA + 6,7 a 9,57 / Pré 4,5 a 17,5 / CDI + 2,7 a 4,75	4.432.831	3.883.663
Capital de giro e <i>Bridge Loan</i> (c)	TJLP 2 a 3,5 / 115 do CDI / CDI 3,9 a 4 / IGPM	1.018.010	2.209.813
(-) Custo de transação (d)		(104.765)	(118.659)
Passivo circulante		<u>1.605.620</u>	<u>2.275.375</u>
Passivo não circulante		<u>4.509.180</u>	<u>4.398.570</u>

(a) Corporativo

A Companhia possui empréstimo com instituições financeiras de R\$ 195.885 (2015 - R\$ 198.571), com taxa de juros de 118% do CDI e debêntures emitidas pelo valor de R\$ 572.839 (2015 - R\$ 500.557), com remuneração de CDI + 2,28%.

(b) Captações estruturadas

- (i) A CRB possui linha de crédito de R\$ 737.189 sujeita a remuneração de TJLP + 2,32% e de R\$ 184.314 sujeita a remuneração de IPCA + Taxa de referência + 2,32% e emitiu debêntures no valor de R\$ 1.100.000 com remuneração de IPCA + 9,57%, e debêntures de infraestrutura no valor de R\$ 300.000 com remuneração de IPCA + 6,7%.
- (ii) A SuperVia possui uma linha de crédito aprovada, no montante de R\$ 1.635.927, sujeita a remuneração de TJLP + 2,63% e Pré 5,63%, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento. O valor liberado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.066.203. Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento sujeita a remuneração de IPCA + 7,5%.
- (iii) A Agrovía, emitiu debêntures para construção de infraestrutura no montante de R\$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75%.
- (iv) Em 1 de julho de 2016, a ODBR celebrou um contrato para emissão de debêntures conversíveis em ações com o SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações, representado por sua administradora, SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A, no montante de R\$ 351.760. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 375.834.

(c) Capital de giro e *Bridge Loan*

- (i) A CRO possui contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de agosto de 2017. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2% a.a., acima da TJLP. O valor liberado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 590.000.

A CRO possui um financiamento no montante total de R\$ 300.000, com vencimento em parcela única do principal mais juros para 20 de novembro de 2017, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CRO previa no seu plano de negócios a captação de recursos financeiros de longo prazo para financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e para pagamento dos financiamentos de curto prazo que, até o presente momento, não ocorreu.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2015, incluía contrato de financiamento no montante de R\$ 1.106.000 anteriormente consolidado da investida indireta CARJ (Nota 11 (iii)).

(d) Custo de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

(e) Garantias

- (i) As debêntures e os financiamentos de longo prazo da CRB foram concedidos sob a modalidade de *project finance* ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da CRB.

Todos os pagamentos e valores devidos pela CRB à Companhia no âmbito do contrato de mútuo serão feitos exclusivamente em conta vinculada.

- (ii) A SuperVia obriga-se, em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento, a constituir e manter, durante esse financiamento, conta reserva aberta junto ao Banco Depositário, na qual deverão permanecer depositados recursos correspondente ao saldo mínimo estabelecido em contrato. A movimentação desta conta reserva é realizada através de uma gerenciadora de recursos e pagamentos, que os efetua no âmbito do programa de investimento da SuperVia.
- (iii) O contrato de financiamento da CRO, tem como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores"). Em favor dos Fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Prazo de vencimento

O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2016	2015
2017	-	551.295
2018	226.961	440.370
2019	462.878	384.860
2020	468.108	448.194
2021	894.032	336.382
2022	455.533	425.102
2023	455.590	422.790
2024	529.372	492.782
2025	104.689	534.582
2026 em diante	912.017	362.213
	4.509.180	4.398.570

15 Credor pela aquisição da concessão

	Consolidado	
	2016	2015
CRB	843	743
SuperVia (a)	25.589	26.360
CARJ (b)	-	11.618.849
	26.432	11.645.952
Passivo circulante	4.415	973.850
Passivo não circulante	22.017	10.672.102

- (a) A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro possui o prazo de 25 anos, conforme contrato assinado em 17 de setembro de 1998, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, que foi prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 30 de junho de 2016 foram pagas 152 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 25.589 (2015 - R\$ 26.360).

- (b) Em 31 de dezembro de 2015, refere-se ao saldo anteriormente consolidado da investida indireta CARJ (Nota 11 (iii)).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, foram registrados em atendimento ao CPC 32- -Tributos sobre o lucro, considerando a compensação dos saldos ativos e passivos da CRB, CRO, CRC e da SuperVia, é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito tributário (*)	119.143	139.017
Prejuízo fiscal e base negativa (**)	362.390	674.900
Mensuração de diferença de valor justo em combinação de negócio	(231.950)	(235.388)
Outras diferenças temporárias	(190.572)	(450.960)
	<u>59.011</u>	<u>127.569</u>

Em 31 de dezembro de 2015, incluía o saldo líquido de R\$ 50.940 anteriormente consolidado da investida indireta CARJ (Nota 11 (iii)).

(*) Conforme a Instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela Instrução CVM nº 349/01, o Grupo, com base em estudo técnico aprovado pelas respectivas Administrações, reconheceram benefícios fiscais sobre o valor das mais valias pagas a serem amortizadas para fins tributários.

A expectativa da Administração do Grupo quanto à realização total dos créditos fiscais acima referida está prevista para ocorrer da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>Realização</u>
2017	19.848
2018	19.861
2019	19.861
2020	19.861
2021 em diante	39.712
Total	<u>119.143</u>

(**) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da SuperVia, e CRB. Esses créditos tem projeção de realização até 2025.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa das Administrações da SuperVia e CRB quanto à realização total dos créditos fiscaís acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização
2017	10.040
2018	28.334
2019	30.842
2020	41.382
2021 em diante	251.792
Total	362.390

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
OTP	-	-	9.364	3.121
CARJ	21.808	7.851	15.964	5.778
CRB	(9.909)	(3.567)	7.177	2.593
CRC	(372)	(134)	(179)	(65)
Liquiport	(89)	(32)	(91)	(33)
CRO	(5.615)	(2.022)	6.010	2.163
SuperVia	4.145	1.470	(17.396)	(6.262)
	9.968	3.566	20.849	7.295

(c) Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
OTP	-	-	(4.574)	(1.655)
OTPP	(105)	(42)	-	-
CRC	(92)	(45)	(850)	(186)
CRH	-	-	(1.206)	(443)
OM	(9.511)	(3.432)	(4.919)	(1.779)
SuperVia	(787)	(243)	(230)	(86)
Liquiport	(225)	(92)	(32)	(16)
	(10.720)	(3.854)	(11.811)	(4.165)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Provisão para contingências

- (i) A SuperVia, CRO e CRB são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A SuperVia, CRO e CRB apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

	2016		2015	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Contingências trabalhistas e previdenciárias	10.007	4.149	11.079	114
Reclamações cíveis	7.482	33.470	6.538	48.088
Outros	-	55	10	15
	17.489	37.674	17.627	48.217

A Administração das controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, as quais são revisadas periodicamente.

A SuperVia estima provisões para perdas em processos com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito, calculado em conjunto com seus assessores externos.

(ii) Movimentação

	Provisão para contingências			Depósitos judiciais		
	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Outros	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Outros
Em 1º de janeiro de 2016	114	48.088	15	11.079	6.538	10
Adições	4.117	918	55	1.434	2.135	-
Baixas	(82)	(15.536)	(15)	(2.506)	(1.191)	(10)
Em 31 de dezembro de 2016	4.149	33.470	55	10.007	7.482	-

(iii) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, de forma consolidada através de suas investidas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 385.903 (2015 - R\$ 313.406).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, da seguinte forma representada:

Acionistas	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2016	2015	2016	2015
Odebrecht S.A.	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	214.666.816	100,00%	100,00%

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização.

	2016	2015
Saldo no início do exercício	(20.229)	(28.765)
Ajuste de conversão de investidas no exterior	(361)	1.537
Ajuste de avaliação a valor de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (*)	(20.457)	(24.192)
Ajuste de avaliação a valor de <i>hedge</i> de fluxo de caixa mantidos para negociação (*)	-	(2.033)
Ganho (perda) transação de capital (**)	(1.843)	33.224
Saldo no final do exercício	(42.890)	(20.229)

(*) Refere-se, substancialmente, à avaliação a valor justo de instrumentos de *hedge* da investida indireta ViaQuatro, líquidos de imposto de renda e contribuição.

(**) Refere-se, substancialmente, ao ganho e perda decorrente da variação no percentual de participação na controlada direta Agroviva e da flutuação no percentual de participação na investida direta Logum ao longo do ano.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Informações por segmento de negócios

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas investidas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pela Administração da Companhia.

A Companhia, reforçando a prática da delegação planejada, está organizada em Unidades de Negócios, o que possibilita maior captura de sinergias, maior consolidação do conhecimento, melhor definição de prioridades e estratégias, além de um processo mais ordenado de alocação de Pessoas de Conhecimento e capital.

A Administração da Companhia avalia as Unidades de Negócios de acordo com o benefício econômico produzido por cada segmento, conforme o seu controle sobre o resultado gerado. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, no EBITDA ajustado e na margem EBITDA ajustada, que, em alguns casos, conforme demonstrado na tabela abaixo, é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das demonstrações contábeis consolidadas.

Ademais, nessa avaliação, a Administração da Companhia exclui os efeitos de receita e custo de construção, reconhecidos e mensurados conforme o ICPC 01, por entender que esses registros não refletem a realidade econômica das investidas.

Os negócios da Companhia foram divididos em seis segmentos operacionais principais, sendo eles: rodovias, mobilidade urbana, logística, aeroporto, receitas acessórias e holdings.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

Rodovias: CBN, CRA, CRB, CRC, CRO, CLN, CRF, CRH e ViaRio

Mobilidade urbana: ViaQuatro, SuperVia, VLT Carioca, VLT GO e Move SP.

Logística: Emraport, Liquiport, Logum e Agrovia

Aeroportos: CARJ

Receitas acessórias: Otima e Otima BR.

Holdings: OTP, OTPP, MTG, OTPA, RJA, OM, ODBR, OTPMU e Woodhollow.

A Companhia atua somente no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não estando sujeita a concentração da receita.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Logística	Receitas Acessórias	Holding	Total	Eliminações	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado
Receita líquida	1.023.478	709.842	369.602	200.069	75.487	24.102	2.402.580	-	2.402.580	363.715	2.766.295
Custo	(272.272)	(369.921)	(247.979)	(179.005)	(41.150)	(7.811)	(1.118.138)	-	(1.118.138)	(685.699)	(1.803.837)
Lucro Bruto	751.206	339.921	121.623	21.064	34.337	16.291	1.284.442	-	1.284.442	(321.984)	962.458
Despesas operacionais	(165.649)	(112.963)	(40.504)	(64.301)	(26.212)	(137.430)	(547.059)	-	(547.059)	232.212	(314.847)
Resultado de participação societária	-	-	-	-	-	(442.275)	(442.275)	409.345	(32.930)	(913.609)	(946.539)
Receita Financeira	54.934	49.044	17.253	344.229	2.036	230.586	698.082	-	698.082	(526.178)	171.904
Despesa Financeira	(579.227)	(179.008)	(315.113)	(337.886)	(22.217)	(217.157)	(1.650.608)	-	(1.650.608)	695.251	(955.357)
Outras receitas e despesas líquidas	390	3	379	(35)	-	(3.617)	(2.880)	(409.097)	(411.977)	410.110	(1.867)
Tributos sobre o lucro	(13.652)	(17.154)	77.307	(1.149)	3.313	(9.653)	39.012	-	39.012	(40.052)	(1.040)
Participação de Minoritários	-	-	-	-	-	40.092	40.092	(7.656)	32.436	(11.059)	21.377
Resultado líquido do exercício	48.002	79.843	(139.055)	(38.078)	(8.743)	(523.163)	(581.194)	(7.408)	(588.602)	(475.309)	(1.063.911)
Margem Líquida	5%	11%	(38%)	(19%)	(12%)	(217%)	(24%)	-	(24%)	-	-
Tributos sobre o lucro	13.652	17.154	(77.307)	1.149	(3.313)	9.653	(39.012)	-	(39.012)	40.052	1.040
Resultado financeiro, líquido	524.293	129.964	297.860	(6.343)	20.181	(13.429)	952.526	-	952.526	(169.073)	783.453
Resultado de participação societária	-	-	-	-	-	442.275	442.275	(409.345)	32.930	913.609	946.539
Participação de Minoritários	-	-	-	-	-	(40.092)	(40.092)	7.656	(32.436)	11.059	(21.377)
Outras receitas e despesas líquidas	(390)	(3)	(379)	35	-	3.617	2.880	409.097	411.977	(410.110)	1.867
Depreciação, amortização e exaustão	126.748	10.451	39.503	92.905	5.469	15.017	290.093	-	290.093	(100.776)	189.317
EBITDA	712.305	237.409	120.622	49.668	13.594	(106.122)	1.027.476	-	1.027.476	(190.548)	836.928
Margem EBITDA	70%	33%	33%	25%	18%	(440%)	43%	-	43%	-	30%
Ativo total	6.236.662	2.920.942	5.067.811	1.761.919	147.756	8.015.277	24.150.367	353	24.150.721	(13.285.929)	10.864.792
Passivo circulante e não circulante	6.522.077	3.203.384	5.647.949	3.433.090	343.392	2.118.648	15.917.228	196	15.917.425	(7.025.271)	8.892.154

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de construção (Nota 21)	963.151	2.694.188
Receita de operação		
Bilheteria	617.946	542.391
Pedágio de rodovias	983.769	719.735
Receita comercial	123.565	417.399
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	21.453	24.795
Receitas de armazenagem	62.520	209.101
Receita aeroportuária	85.633	246.456
Outras receitas	57.593	42.634
	<u>1.952.479</u>	<u>2.202.511</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(149.335)</u>	<u>(202.588)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.803.144</u>	<u>1.999.923</u>
Receita líquida	<u>2.766.295</u>	<u>4.694.111</u>

21 Receita e custo de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pelas controladas na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas.

Controladas	Direito da Concessionária	Receita de construção	Custo de construção	Margem de lucro	Receita do ativo financeiro
CRO	Ativo Intangível	281.787	(281.787)	-	-
CARJ	Ativo Intangível	305.997	(305.997)	-	-
CRC	Modelo híbrido	327	(324)	3	71
CRB	Ativo Intangível	188.302	(186.418)	1.884	-
SuperVia	Ativo Intangível	186.738	(186.738)	-	-
		<u>963.151</u>	<u>(961.264)</u>	<u>1.887</u>	<u>71</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u>963.151</u>	<u>(961.264)</u>	<u>1.887</u>	<u>71</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015		<u>2.694.188</u>	<u>(2.692.877)</u>	<u>1.311</u>	<u>355</u>

A Administração da CRO e da CARJ entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras são imateriais para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A margem de lucro de construção do ativo intangível é econômica e não tem efeito caixa, por esta razão, está sendo apresentada como item de ajuste do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, para fins de determinação dos fluxos de caixa das atividades operacionais do Grupo.

22 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços de terceiros	(26.533)	(14.004)	(256.175)	(455.366)
Despesas com pessoal	(46.852)	(59.357)	(407.929)	(438.705)
Depreciação, amortização e exaustão	(738)	(780)	(169.905)	(170.841)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(9.930)	(9.632)	(175.604)	(170.900)
Outras despesas	-	-	(157.737)	(130.603)
	(84.053)	(83.773)	(1.167.350)	(1.366.415)
Classificadas por função:				
Custo dos produtos vendidos/serviços prestados	-	-	(842.573)	(914.189)
Gerais, administrativas e vendas	(84.053)	(83.773)	(314.847)	(452.226)
	(84.053)	(83.773)	(1.157.420)	(1.366.415)

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Receitas com juros	100.353	143.852	121.032	233.182
Variações cambiais e monetárias	1.190	3.286	5.585	14.281
Outros	8.028	21.269	45.289	27.760
	109.571	168.407	171.906	275.223
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(165.920)	(164.590)	(510.032)	(633.486)
Variações cambiais e monetárias	(19)	(3)	(304.719)	(252.523)
Ajuste a valor presente	-	-	(41.361)	(121.217)
Outros	(7.024)	(5.709)	(99.247)	(36.804)
	(172.963)	(170.302)	(955.359)	(1.044.030)
	(63.392)	(1.895)	(783.453)	(768.807)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2016	2015
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(1.063.911)	(1.118.373)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação	<u>(4,96)</u>	<u>(5,21)</u>

25 Demonstrações dos fluxos de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações das atividades de investimentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Fornecedores	55.067	(132.640)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>55.067</u>	<u>(132.640)</u>
Adições ao ativo imobilizado		112
Adições ao ativo intangível	(55.067)	132.528
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(55.067)</u>	<u>132.640</u>

26 Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2017, a CRO liquidou juros do Empréstimo Ponte no montante de R\$ 5.373.

Em 31 de janeiro de 2017, foi aprovado o encerramento das atividades da investida indireta MTG, mediante cisão total. Com a incorporação, proporcional à participação no capital social, do acervo pelas sócias da MTG.

Em 09 de março de 2017, foi celebrado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, entre a OTPP e a CCR ("Companhia de Concessões Rodoviárias S.A."), para a venda de sua participação da Linha 4 do Metrô de São Paulo, anteriormente detidas pela MTG. Em 20 de abril de 2017, a CCR efetuou o pagamento para a OTPP no montante de R\$ 173.062.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 09 de março de 2017, foi celebrado o 2º aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, entre a ODBR e a CCR, para a venda de sua participação da CVR, no montante de R\$ 61.727, o contrato prevê que a venda e o pagamento do preço, estão sujeitos aos cumprimentos de certas condições suspensivas. Em 24 de maio de 2017, a ODBR concluiu a alienação da CVR por R\$ 33.732.

Em 09 de março de 2017, a Companhia deliberou a postergação do vencimento da parcela das debêntures do Bradesco, vincenda em 12 de maio de 2017, para 27 de junho de 2017.

No primeiro trimestre de 2017, a CRB liquidou a sexta parcela referente a primeira série das debêntures no montante de R\$ 99.674 e R\$ 19.089 de parcelas do empréstimo. Efetuou também o pagamento de R\$ 10.000 de dividendos para ODBR, com base em lucros apurados no exercício de 2016.

Em 13 de abril de 2017, a investida indireta RJA fez a 1º emissão de debentures conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada, no valor de R\$ 427.778, sendo R\$ 373.578 para as debentures da primeira série e R\$ 54.200 para as debentures da segunda série, com vencimento em 30 de abril de 2018. Na mesma data fez a 2º emissão das debentures conversíveis em ações, em série única, para distribuição privada, no valor de R\$ 26.000. Os recursos captados pela RJA serão utilizados para a capitalização da investida CARJ, com o propósito de pagamento da outorga fixa relativa ao ano de 2016

Em 17 de abril de 2017, a Companhia aumentou o capital social em sua controlada OTPA no montante de R\$ 26.000, mediante a emissão de 26.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o recurso foi destinado para aquisição da 2ª emissão das debentures conversíveis em ações emitidas pela RJA.

Em 19 de abril de 2017, a investida indireta CARJ aumentou seu capital em R\$ 890.820, sendo que a RJA aportou o montante de R\$ 453.778.

Em 20 de abril de 2017, a Companhia recebeu a título de dividendos antecipados de sua controlada OTPP, o montante de R\$ 100.000.

Em 26 de abril de 2017, a Companhia efetuou pagamento de juros das debentures no montante de R\$ 70.500.

Entre os meses de janeiro e maio de 2017, a investida indireta CARJ quitou o saldo remanescente da 2ª parcela da outorga fixa, vencida em maio de 2016, no montante de R\$ 951.823 sendo:

- Em 30 de janeiro de 2017, no montante de R\$ 9.335;
- Em 17 de fevereiro de 2017, no montante de R\$ 9.335;
- Em 31 de março de 2017, no montante de R\$ 9.335;
- Em 19 de abril de 2017, no montante de R\$ 919.413;
- Em 15 de maio de 2017, no montante de R\$ 4.405.

Em maio de 2017, a CRO está em negociação para celebrar o aditivo contratual do financiamento, prorrogando o prazo de vencimento para 20 de novembro de 2017.

* * *